

RELATORIA: 30º Encontro Técnico AESABESP				
MESA REDONDA		Regulação em foco: Desafios Regulatórios para o Avanço do Setor de Saneamento		Nº 8
DATA	18/09/2019	HORÁRIO	11h00 às 12h30	LOCAL Palco 4
EMENTA				
A modernização do Marco Regulatório trará mudanças na regulação do saneamento. A Agência Nacional de Águas - ANA terá atribuições novas. Poder concedente, Prestadores dos Serviços Públicos e Agências já instituídas também estarão sujeitos a um novo modelo institucional. Quais os desafios e as primeiras ações necessárias ao avanço da universalização que os titulares, prestadores e reguladores devem considerar?				
COORDENADOR	Marcel Costa Sanches			
FUNÇÃO	Superintendente de Assuntos Regulatórios	INSTITUIÇÃO	Sabesp	
ABERTURA (contextualização do tema)				
A Regulação é um dos pilares para a garantia da qualidade da prestação dos serviços. O objetivo dessa mesa é para o público ter uma visão do futuro da Regulação no país. Como devemos endereçar esse desafio da Regulação? Temos um Brasil plural com mais de 1000 prestadores de serviços. Como podemos trabalhar juntos para avançar no setor de Saneamento?				
PALESTRANTE 1	Carlos Motta Nunes			
FUNÇÃO	Superintendente Adjunto de Apoio ao SINGRH	INSTITUIÇÃO	ANA	
<p>Carlos expôs os trabalhos que estão sendo realizados pela ANA, citando 3 tópicos:</p> <p>1) Novas competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As normas de referência serão a base para padronizar o trabalho, apesar da grande amplitude e diversificação de entendimentos e formas de visão das agências reguladoras de saneamento, cada uma com sua forma de atuação, e o desafio da ANA é saber padronizar. • Estudo das melhores práticas regulatórias para não começar do zero. Falta identificar os principais problemas regulatórios em drenagem urbana e resíduos sólidos. • Mediação e arbitragem entre prestador, poder concedente e agência reguladora deverão ter um critério para serem levados para a ANA. • Capacitação para a regulação. A ANA vai trabalhar com as agências reguladoras para darem capacitação. • Comitê de apoio interministerial em saneamento básico. ANA irá apoiar para alocar os recursos no orçamento da União. • A ANA não irá substituir as agências reguladoras locais nas tarefas de definição de tarifas, acompanhamento de indicadores, etc. <p>2) Planejamento interno e externo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Externo: Contato com as associações técnicas, como ABES, ABAR, ASSEMAE, etc. (*), questionando quais as normas mais importantes para esse grupo de mais interesse, material que ajudará a formar a agenda regulatória (cronograma de discussões). • Interno: Preparação para as respostas (críticas) após a aprovação do projeto de lei, levantamento de todas as normas existentes das agências reguladoras, como banco de dados, e analisar o que pode ser aproveitado para montar o "esqueleto", implantação de uma estrutura com processo de capacitação de novos funcionários. <p>3) O que agrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação, utilizando Ensino à Distância – EAD, incluindo criação de conteúdo específico para regulação. • Conhecimento que a ANA tem no Brasil, em especial o Atlas de Água e de Esgotos da ANA – Levantamento do existente e do planejado dos 5570 municípios do Brasil em água e esgotos. • Gestão de conflitos em mediação e arbitragem. <p>E concluiu, lembrando do desafio que deverá agregar valor. Ressaltou que devemos começar do que já existe, partindo do conhecimento que já existe, e tentar avançar no setor de saneamento no Brasil.</p>				
PALESTRANTE 2	Agnes Bordoni Gattai			
FUNÇÃO	Superintendente de Regulação Técnica	INSTITUIÇÃO	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP	
<p>Agnes começou abordando 3 aspectos necessários para o avanço do setor:</p> <p>1) Relação da prestação de serviços e interfaces com políticas pública: Lembrou que a ARSESP tem o papel de esclarecer e definir, garantindo a prestação de contas e reduzindo a assimetria de informações em relação aos prestadores de serviço. É um momento de disciplinar o mercado e os prestadores de serviços.</p>				

A existência de distintas jurisdições setoriais: recursos hídricos, da gestão urbana, saúde pública, pode gerar duplicações, contradições e sobreposições de regras. O papel da Agência é um papel mais articulador do que só normatizador em frente ao ambiente já bastante regulado.

2) Padrões de Eficiência e Qualidade:
A regulação deve tomar decisões eficientes, com estudo de impacto de riscos e padrões de eficiência e qualidade que devem ser embasados em dados consistentes (coleta, periodicidade, validade e rastreabilidade).
Desenvolvimento de um projeto de Sistema de Informações, com o objetivo de elevar seu grau de conhecimento analítico, metodológico e sistêmico da massa de dados, variáveis e indicadores que são coletados nos seus processos regulatórios e fiscalizatórios.
A primeira metodologia está sendo feita através da aplicação do Índice Geral de Qualidade (IGQ ou Fator Q) para a Sabesp, nos processos de reajustes e revisões tarifárias em função de direcionar maior empenho da prestadora na melhoria da qualidade dos serviços, beneficiando assim todos os usuários atendidos.
Outros modelos e metodologias serão posteriormente utilizados, mas é preciso ter confiabilidade nas informações para a agência reguladora intervir e definir melhorias.

3) Tarifas:
A tarifa ainda não se adequou ao novo mercado consumidor e a nova realidade da prestação de serviços e o modelo deve ser repensado e adequado a essas novas condições. Foram definidas diretrizes regulatórias para uma revisão da estrutura tarifária da Sabesp que foram publicadas. Em abril de 2020 já teremos uma proposta da Sabesp que será utilizada como instrumento de discussão.
A palestrante finalizou lembrando que este é um desafio a nível federal.

PALESTRANTE 3	Hugo de Oliveira
----------------------	------------------

FUNÇÃO	Consultor	INSTITUIÇÃO	Projec
---------------	-----------	--------------------	--------

Hugo iniciou dizendo que, no momento atual de reforma, nada avançou em termos de cobertura. Que continuamos com grande déficit de água e esgotos.
Do ponto de vista regulatório devemos tratar de 3 assuntos:

1) Titularidade (ausência):
A indefinição da titularidade dificulta a organização da prestação dos serviços nas regiões metropolitanas devido à falta de uma entidade metropolitana responsável; à falta de integração dos planos municipais de saneamento e à ausência de um planejamento metropolitano.
O conflito da titularidade gera regulação incompleta e falta de coordenação da agência reguladora estadual com as entidades e agências municipais. É preciso trabalhar para estruturar contratos multilaterais (ex. região dos Lagos do Rio) ou estruturar licitações por bloco de municípios, como pretende o novo marco regulatório.

2) Competitividade: sua falta afetou o avanço da universalização.
O esquema de competição implícito no marco legal é o da competição pelo mercado, porém ela foi bloqueada pelo mecanismo do contrato de programa.
Para emular a competição, uma boa prática é a introdução da competição no mercado, principalmente em segmentos da cadeia produtiva. Foram citados os modelos e dificuldades do setor elétrico de Portugal, Inglaterra e o setor de gás.

3) Acessibilidade a serviços – política de subsídios
O subsídio cruzado funciona de forma precária como mecanismo de proteção social e se torna um fator de entrave para estabelecer uma competição pelo mercado, além de gerar desperdício de recursos para alcançar a universalização de forma mais rápida.
O palestrante elencou os seguintes desafios:

- Introduzir a prática de combinar subsídios diretos com cruzados;
- Definir uma política para as estruturas tarifárias com limites de descontos e sobre preços que não onerem de forma indevida os usuários financiadores, e tampouco estimulem o desperdício por parte dos recebedores;
- Implementar a reforma das estruturas tarifárias e uma política de proteção social aos usuários de baixa renda;
- Analisar a possibilidade e as formas de desverticalização do setor para que se introduza a competição no mercado;
- Trabalhar para regulamentar contratos multilaterais ou de estabelecer a figura de um contrato metropolitano; e
- Acelerar a regulamentação dos demais segmentos do setor de saneamento (resíduos sólidos e drenagem urbana).

PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO (Questões abordadas)	
---	--

Júlio, da Corsan, questionou sobre a tarifa em comparação ao setor elétrico, que migrou de um modelo de custo para um modelo de preço e fez com que a estrutura, até então das estatais, fossem bastante impactadas devido à pouca flexibilidade. Como a ANA está vendo esse alinhamento?
Carlos respondeu que atualmente só estamos trabalhando no planejamento, e não pretende ser influenciado por outros modelos, mas talvez futuramente seja utilizado o modelo ou não.
Hugo complementou dizendo que, quando se trata do setor elétrico, não se fala em modelo tarifário. São modelos em relação à base regulatória. Vai depender de como cada agência vai desenvolver o modelo.

Roberto Farias, da Arco Engenharia, questionou sobre a nova definição da nova Concessão com contratos de programa de 20 a 25 anos. Se essas ações não vão impactar na nova configuração das agências regulatórias, interferir no marco regulatório.
Agnes respondeu que o modelo por contratos de programa não é ruim em termos de se buscar um mesmo padrão de serviço. Disse que há falhas e que a ARSESP tem se deparado com essas falhas e tem se empenhado nesses esforços.

Hugo disse que a preocupação é a fuga dos municípios. Na Sabesp os municípios deficitários (95%) podem ficar no guarda-chuva. Os 5% restantes podem sair e desestabilizar a companhia. Não só a questão regulatória, mas também a prestação de serviços da forma como está estruturada. Mas o que tem dentro da cadeia é importante por causa da economia de custo. A proposta é de repensar e buscar as alternativas.

Carlos lembrou que 14% dos municípios são atendidos por abastecimento integrado, mas representam 50% da população; que a fuga dos municípios será mais difícil de acontecer; que os 50% representam os maiores municípios; e que a fuga vai se complicar um pouco por fisicamente estarem recebendo água de um mesmo manancial.

FECHAMENTO (Conclusões)

Agnes finalizou dizendo que temos que pensar no que pode se tornar mais interessante ao usuário; que o desafio é muito grande. Fechou dizendo que unir esforços e repensar num modelo de prestação de serviço é uma tarefa contínua, e que devemos propor as ideias conjuntamente para contribuir para a política pública de saneamento.

Hugo disse que é importante pacificar conflitos, é um grande desafio e tem que haver união entre as partes privado, público, poder concedente, operadores; burocracia no sentido de proteger; e que o objetivo final é o usuário, que o consumidor é o elo mais fraco dessa cadeia.

Carlos finalizou dizendo que é importante olhar para o usuário com o interesse dele de longo prazo. Que existe a disponibilidade para debater e trabalhar e que estão abertos a ouvir a todos. Citou que a agência regulatória ainda vai ouvir e receber contribuições, opinião e interesses de todos.

Marcel ressaltou que estão empenhados e engajados em buscar consensos, buscar convergências no público e privado, poder concedente e prestadores. Lembrou que um dos pilares é a regulação, com normas para tarifas e subsídios justos.

Ester finalizou a mesa redonda, agradecendo a presença dos palestrantes e de todos os presentes.

RELATORA 1	Eliane Ninomiya Martignago		
------------	----------------------------	--	--

PROFISSÃO	Engenheira Civil	INSTITUIÇÃO	Sabesp
-----------	------------------	-------------	--------

RELATOR 2	Antônio Carlos Menezes		
-----------	------------------------	--	--

PROFISSÃO	Engenheiro Civil	INSTITUIÇÃO	Sabesp
-----------	------------------	-------------	--------

OBSERVAÇÕES	(*) Siglas utilizadas na 1ª palestra:		
-------------	---------------------------------------	--	--

ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento